

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.906 - MS (2019/0046669-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : 2C EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
ADVOGADO : FREDERICO FARIAS DE MIRANDA E OUTRO(S) - MS006613
AGRAVADO : OKAH LOCACAO DE IMOVEIS LTDA
ADVOGADOS : MARCO TÚLIO MURANO GARCIA - MS006322
ONOFRE CARNEIRO PINHEIRO FILHO E OUTRO(S) - MS011125
JOSÉ MEDINA DE MENDONÇA NETO - MS013036
INTERES. : CONSTRUTORA DEGRAU LTDA.
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por 2C EMPREENDIMENTOS LTDA - ME contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS DE TERCEIROS – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADA – ADQUIRENTE DE BOA-FÉ – MATRÍCULA DO IMÓVEL SEM RESTRIÇÕES – SÚMULA 375 DO STJ – ÔNUS DA PROVA DO REQUERIDO (ARTIGO 373, II, DO CPC) – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Na existência de conjunto probatório que satisfaça a demonstração de procedência do feito, não há se falar em cerceamento de defesa.

O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).

In casu, restou demonstrado nos autos que quando a empresa embargante adquiriu o bem por escritura pública de compra e venda não existia nenhuma restrição na matrícula do imóvel. Ademais, a má-fé na relação comercial não pode ser presumida, devendo ser comprovada pelo embargado a quem incumbe, nos termos do art. 373, II, do CPC a produção de provas capazes de evidenciar a fraude na transação levada a efeito entre o embargante e o terceiro, o que não ocorreu no caso dos autos" (e-STJ fl. 940).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 369 e 437, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, 239 do Código de Processo Penal e 212, IV, do Código Civil.

Sustenta, em síntese, a ocorrência de cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide, sem a produção das provas pleiteadas.

Apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido, razão pela qual adveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passa-se à análise do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Verifica-se que os artigos 239 do Código de Processo Penal e 212, IV, do Código Civil não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar vício porventura existente.

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*

Ademais, não subsisti a alegação de cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide.

Eis o acórdão recorrido, no que interessa à espécie:

"No caso dos autos, o juízo a quo, quando da prolação de sua sentença, fundamentou por qual razão decidiu proferir sentença antecipadamente, e o fez analisando o mérito da causa.

Estando devidamente instruído o processo, em análise do mérito o juízo julgou procedente os pedidos iniciais. Assim, rejeita-se a preliminar de cerceamento de defesa, uma vez que no caderno processual há acervo probatório abundante, inclusive suficientemente capaz de solucionar a controvérsia, que afasta a alegação de necessidade de realização de prova oral, porquanto assegurados os direitos fundamentais ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório.

É cediço que compete ao magistrado aferir a necessidade de dilação probatória, uma vez que a produção de provas destina-se à formação de seu próprio convencimento, o que não implica na obrigatoriedade de maior envolvimento probatório, desde que repute os autos prontos para julgamento.

A despeito das razões da apelante, a sentença não padece de nenhum vício, porque o acervo probatório existente no processo serve para o convencimento do juiz e, se isso já ocorreu, é desnecessária a coleta de mais provas. Motivado convencimento do julgador pelas provas já existentes nos autos, deve ele proferir seu decisum, sem que possa falar em cerceamento de defesa ou mesmo em nulidade.

(...) Desse modo, as provas que instruem o processo são suficientes para a prolação de sentença, além do mais, os presentes autos não sofrem de nenhum vício passível de anulação do ato, sendo assim, declaro a sentença a quo legítima e em conformidade com os preceitos legais" (e-STJ fl. 943).

Com efeito, devem ser levados em consideração os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 130 do CPC/1973), permitem ao julgador determinar as

provas que entender necessárias à instrução do processo bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias.

Dessa forma, não há falar em nulidade processual por ausência de produção de prova, visto que a decisão vergastada procedeu à devida análise dos fatos e a sua adequação ao direito.

Ademais, ultrapassar os fundamentos do acórdão para acolher a tese sustentada pela recorrente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. VÍCIO DE CONSTRUÇÃO. DECADÊNCIA. FRAGILIDADE DA OBRA. REEXAME. MATÉRIA DE PROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA ILÍQUIDA. PEDIDO CERTO. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE

1. Não é possível o conhecimento de recurso especial quando visa reformar entendimento do Tribunal local que, baseado na prova pericial produzida, concluiu que os vícios de construção eram relativos à fragilidade da obra. Alterar essa conclusão demandaria reexame de fatos e provas, o que atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Não se pode falar em julgamento extra petita, pois o órgão julgador não afrontou os limites objetivos da pretensão inicial, tampouco concedeu providência jurisdicional diversa da requerida, tendo sido respeitado o princípio da congruência.

4. A circunstância de o autor haver formulado pedido certo não impede que o magistrado remeta as partes para a liquidação de sentença, se estiver diante de um quadro probatório insuficiente.

5. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

6. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 889.302/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017 - grifou-se).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Não há falar em afronta aos arts. 458 e 535 do CPC/73, porquanto a tese de cerceamento de defesa foi devidamente apreciada pela Corte de origem, embora de forma contrária aos interesses da parte. 2. A jurisprudência do STJ possui entendimento segundo o qual o julgamento da lide, em que reputada

desnecessária a produção de prova pericial anteriormente deferida, não acarreta preclusão pro judicato, tendo em vista a inaplicabilidade do respectivo instituto, no campo probatório, para o magistrado.

3. Cabe ao julgador verificar a existência de provas suficientes nos autos para ensejar o julgamento antecipado da lide e indeferir a produção de provas consideradas desnecessárias, conforme o princípio do livre convencimento do julgador. Infirmar tais fundamentos demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 622.577/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 500,00, os quais devem ser majorados para R\$ 625,00 em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator